

PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XLVII • Nº 478 • Brasília-DF • Setembro 2025

Memória e horizonte aberto

Nos 50 anos da 1ª Assembleia do Cimi,
"aprendemos com os povos indígenas que
o levante é condição de vida"

Páginas 8, 9, 10 e 11

Democracia reafirmada:
um marco contra o
autoritarismo

Página 2

Missão Catrimani:
60 anos de caminhada
com o povo Yanomami

Páginas 6 e 7

Democracia reafirmada: um marco contra o autoritarismo

A responsabilização do ex-presidente Jair Bolsonaro, da cúpula principal de seu governo e de militares de alta patente pelo Supremo Tribunal Federal (STF) pela tentativa de golpe de Estado e por ações que atentaram contra a Constituição e os direitos democráticos, não é apenas um marco jurídico: é um sinal claro de que ataques à institucionalidade da democracia brasileira não serão tolerados.

Desde os primeiros anos de sua carreira parlamentar, Jair Bolsonaro já se destacava por uma atuação autoritária, marcada por declarações e posicionamentos que revelavam desprezo pelas instituições democráticas e pelos direitos de minorias. Esse padrão de comportamento, sustentado por incitação ao ódio e pela disseminação de falsas narrativas, acompanhou toda a sua trajetória política e, mais tarde, se tornaria parte central da escalada golpista que levou à sua condenação. Em maio de 1999, em entrevista ao programa Câmera Aberta da TV Bandeirantes, Bolsonaro afirmou: “Eu daria golpe no mesmo dia [caso fosse presidente da República] e tenho certeza que pelo menos 90% da população ia bater palmas. O Congresso não serve para nada. Através do voto você não vai mudar nada nesse país. Só vai mudar, infelizmente, quando um dia nós partirmos para uma guerra civil e fazer um trabalho que o regime militar não fez, matando uns 30 mil”.

Essa postura não apenas se manteve, mas ganhou intensidade ao longo de sua trajetória, traduzida em ataques constantes ao Supremo Tribunal Federal, à credibilidade da Justiça Eleitoral e à segurança das urnas eletrônicas - pilares essenciais da democracia brasileira, sobretudo após a redemocratização de 1988. Além disso, sua articulação com setores das Forças Armadas em busca

de respaldo político remete a práticas autoritárias que marcaram o regime militar, revelando a permanência de uma lógica golpista em sua atuação pública.

O histórico de Bolsonaro demonstra, portanto, que sua conduta corrosiva para a democracia e para os direitos fundamentais não nasceu com a presidência: já estava evidente desde seus primeiros passos na política. Desde suas primeiras intervenções parlamentares, tentou inviabilizar demarcações de terras indígenas e relativizar direitos fundamentais, sempre subordinando-os a interesses econômicos e pessoais. Em diferentes ocasiões, incitou o ódio contra comunidades inteiras, defendendo medidas violentas e propostas de “integração forçada” que, na prática, significavam negar a existência dos povos indígenas enquanto sujeitos de direito. Suas falas chegaram a tangenciar a defesa de políticas que lembram projetos de extermínio.

Os povos indígenas, entretanto — com históricas marcas deixadas pela violência — seguem como uma das expressões mais firmes de defesa da democracia. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), por sua vez, assim como na primeira Assembleia Geral realizada há 50 anos, quando a Assembleia Indigenista reconheceu sua corresponsabilidade na espoliação territorial e destruição cultural dos povos indígenas, reafirma seu compromisso com a causa indígena e com a necessidade permanente de vigilância com o Estado Democrático de Direito.

Projetos repressivos não podem se sobrepor à Constituição nem à defesa da vida. A preservação da institucionalidade democrática exige, portanto, atenção, coragem e ação contínua. “Levanta-te e vai mais além!”, conclamou a XXVI Assembleia Geral do Cimi.

Porantimadas

Novo ciclo na Suprema Corte

O ministro Luiz Edson Fachin assumiu no dia 29 de setembro a presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), num momento em que o país precisa avançar na defesa da democracia e consolidar a garantia dos direitos fundamentais. Em seu discurso de posse na presidência da Suprema Corte, o ministro Edson Fachin reafirmou: “às comunidades indígenas são endereçadas as proteções constitucionais e seus direitos originários às terras tradicionais”. É nesse espírito que o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) reafirma sua confiança em que o ciclo aberto agora no STF seja o tempo no qual os direitos dos povos indígenas, consagrados na Constituição Federal como direitos originários, sejam definitivamente garantidos e assegurados, superando o impasse jurídico criado pela Lei 14.701/2023, flagrantemente inconstitucional.

Homenagem pela defesa dos povos

O missionário Egidio Schwade, pioneiro na defesa dos povos originários e um dos fundadores do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), foi homenageado pela V Jornada em História da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). O evento reconheceu a trajetória de 90 anos de Egidio, marcada pela resistência à ditadura militar e pela luta em defesa da vida e dos direitos indígenas. Durante a homenagem, o missionário destacou a importância de revisitar a história brasileira e refletir sobre as violências cometidas em nome do “desenvolvimento”, especialmente na Amazônia. O curso de História da Ufam ressaltou que, mesmo após o fim da ditadura, as ameaças aos povos originários e à democracia persistem, tornando a trajetória de Egidio ainda mais atual e inspiradora.

Liberdade a líder ameaçado

A Justiça da Bahia reconheceu a ausência de provas e determinou a libertação do cacique Suruí Pataxó, liderança histórica na luta pela demarcação das terras do povo Pataxó. Preso desde 2 de julho durante ação da Força Nacional, Suruí foi alvo de criminalização e difamação, em um contexto de crescente violência contra os povos indígenas no extremo sul da Bahia. O juiz William Bossaneli Araújo atendeu pedido do MPF, DPE e Funai, afirmando que não existem elementos concretos que o vinculem a organização criminosa, tornando sua prisão desnecessária e desproporcional. A decisão expôs o erro de um processo que tratou como crime a legítima defesa de um líder ameaçado por lutar pelos direitos de seu povo. A mobilização de organizações indígenas e de direitos humanos no Brasil e no exterior foi decisiva para reverter a injustiça, reafirmando que a resistência indígena não é crime, mas um direito constitucional à terra e à vida.

Marco Temporal



Marco contra o Autoritarismo





Foto: Orlando Brito/03-03-1974



Foto: Jorge Peter/14-01-1977

À beira da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), os Krain-a-Kore pedem comida e carona para cidade

A construção de rodovias ligando as regiões Centro-Oeste e Norte do país fizeram parte da política de desenvolvimento dos governos militares.

Waimiri-Atroari perto de uma de suas malocas no estado do Amazonas, na década de 1970

Impunidade a crimes da ditadura pavimentou Lei do Marco Temporal, aponta relator da ONU

De acordo com o relator sobre Memória, Verdade e Justiça, Bernard Duhaime, a ausência de responsabilização pelo genocídio consolidou cultura de impunidade

Por Renato Santana, da Assessoria de Comunicação – Cimi

O relator da ONU sobre Memória, Verdade e Justiça, Bernard Duhaime, afirmou no dia 10 de setembro, em Genebra, durante a 60.ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, que a tese do marco temporal resulta da histórica negação de direitos aos povos indígenas no Brasil.

De acordo com o relator, a ausência de responsabilização jurídica pelo genocídio perpetrado contra esses povos durante a Ditadura Militar (1964–1985) consolidou uma cultura de impunidade e criou as condições para que o Congresso Nacional aprovasse a Lei nº 14.701/2023 – a Lei do Marco Temporal –, em desafio ao Supremo Tribunal Federal (STF), que já havia declarado a tese inconstitucional.

Duhaime apresentou ao Conselho de Direitos Humanos da ONU o relatório produzido após sua visita ao Brasil entre março e abril deste ano. No documento, ele recomenda a criação de uma Comissão Nacional Indígena da Verdade. De modo mais amplo, defende que o Brasil revise sua Lei de Anistia, processe e julgue responsáveis por crimes cometidos durante a ditadura e promova uma reforma nas Forças Armadas.

O relatório destaca: “o regime cometeu graves violações de direitos humanos, incluindo execuções extrajudiciais, tortura, desaparecimentos forçados, violência sexual e detenções arbitrárias de opositores políticos, jornalistas, trabalhadores, estudantes, camponeses, membros de comunidades indígenas, pessoas de ascendência africana e integrantes da comunidade LGBTQI+”.

Crítica contundente e sem anistia

Para o coordenador da Equipe Internacional do Cimi, Flávio V. Machado, trata-se de uma das críticas mais contundentes ao marco temporal feitas por um relator da ONU – entre os sete que já se manifestaram



Foto: UN Photo/Evan Schneider

Duhaime observa que organismos de Estado não foram reformados após o fim da Ditadura Militar, mantendo, assim, um padrão de violência sobretudo policial

contra a medida inconstitucional –, alertando o Estado brasileiro para os diversos riscos que a tese representa aos povos indígenas.

“O relator aponta um caminho que engloba a verdade histórica, a justiça no presente e a reparação futura. Ele compreende que o marco temporal não é um ato isolado, mas a consequência de um processo histórico de negação de direitos, diretamente vinculado a crimes perpetrados ao longo do tempo e em diferentes territórios”, afirmou Machado.

De acordo com a Comissão Nacional da Verdade (CNV), aproximadamente 8.350 indígenas foram mortos durante a ditadura militar. O relator Bernard Duhaime destaca, porém, que há indícios de que o número real seja maior, uma vez que as estimativas da CNV se basearam em apenas uma parcela dos casos. Grande parte dessas mortes ocorreu na Amazônia, principal alvo do ideário desenvolvimentista dos governos militares.

“A CNV estimou que o número de vítimas era muito maior do que o número fornecido. Em seu relatório, identificou 377 agentes do Estado como tendo responsabilidade individual por graves violações dos direitos humanos. Caracterizou as violações cometidas por agentes do Estado como generalizadas (espalhadas por toda a população afetada), sistemáticas (planejadas e organizadas) e constitutivas de crimes contra a humanidade, portanto, não sujeitos a limitações estatutárias (prazo prescricional) ou anistia”, declarou o relator.

Lei de Anistia

Para o relator, “violações de direitos econômicos, sociais e culturais – incluindo a obstrução do acesso à terra e a recursos naturais – foram cometidas por agentes estatais, em muitos casos com apoio político, material e/ou cumplicidade de atores econômicos”. Duhaime identifica instrumentos legais que perpetuam a impunidade desses crimes.

A Lei de Anistia (Lei nº 6.683/1979) é um desses mecanismos criticados detalhadamente em seu relatório. Promulgada pelo regime militar, a lei permitiu o perdão a crimes contra a ordem estabelecida e o retorno de exilados políticos, mas também garantiu impunidade a agentes do Estado responsáveis por tortura, desaparecimento forçado e execuções extrajudiciais – daí a demanda recorrente por sua revisão.

O documento denuncia que “uma interpretação extensiva desse dispositivo logo passou a abranger graves violações de direitos humanos cometidas por agentes estatais, tratadas como crimes conexos a políticos”. Como resultado, prevaleceu a impunidade para autores de atrocidades contra a população civil.

Duhaime ressalta ainda a exclusão de categorias inteiras de vítimas, como indígenas, camponeses, trabalhadores e pessoas de ascendência africana, cujas mortes ou desaparecimentos não foram reconhecidos como “politicamente motivados” – o que as deixou à margem de qualquer forma de reparação.

O perfil dos crimes cometidos

O relatório da CNV documenta milhares de casos de crimes da ditadura contra povos indígenas. Entre eles, citam-se os 3.500 Cinta Larga assassinados brutalmente por homens contratados por uma empresa de extração de borracha, que utilizavam açúcar envenenado com arsênico, dinamites lançadas de aviões e ataques com metralhadoras e fâcoes.

Um dos casos mais emblemáticos é o dos Waimiri Atroari, vítimas de ataques aéreos, chacinas e profanação de locais sagrados. Essas violências integraram o Programa de Integração Nacional (PIN), instituído pelo Decreto-Lei nº 1.106/1970, assinado pelo general-ditador Emílio Garrastazu Médici.

O PIN visava à “integração” de regiões menos desenvolvidas à economia nacional por meio de financiamento de obras de infraestrutura e atuação de superintendências regionais (SUDAM e SUDENE). Na Amazônia, os militares promoveram a abertura de estradas – como a BR-230 (Transamazônica) –, além de incentivar a colonização, garimpo e urbanização.

Documentos históricos do Arquivo do Senado mostram que a ditadura se empenhou na criação do Estatuto do Índio em resposta a acusações internacionais de genocídio. Para os militares, a lei serviria para neutralizar denúncias reiteradas de jornais, políticos e organismos estrangeiros.



Cena do filme *Arara de Jesco Von Puttmaker*: desfile militar simula indígena em um instrumento de tortura, o pau-de-arara

Recomendações do relator

Além da criação de uma Comissão Nacional Indígena da Verdade – já recomendada pela CNV –, o Relator Especial propõe que o Estado brasileiro amplie os mandatos da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e da Comissão de Anistia, ou crie um novo programa, se necessário, para “garantir que todas as vítimas de violações de direitos humanos por agentes estatais recebam reconhecimento e reparação, independentemente de as violações terem sido motivadas por atividades políticas”.

Também recomenda a “implementação urgente de ações criminais e judiciais para enfrentar a violência de Estado cometida contra povos indígenas, camponeses e pessoas negras”. Para Duhaime, a violência policial relatada por lideranças indígenas é herança direta de estruturas repressivas não reformadas após a ditadura.

Conforme alerta o relatório, “a falta de um processo abrangente de Justiça de Transição para lidar com as consequências da ditadura levou, lamentavelmente, a ataques recorrentes à democracia, aos direitos humanos e ao Estado de Direito”. Para reverter esse cenário, Duhaime sustenta que o Brasil deve implementar com urgência o conjunto de medidas de Justiça Transicional propostas pela CNV.



Ato contra a PEC da Blindagem, sem anistia para golpista

Contra a PEC da Blindagem e a anistia aos golpistas, iniciativas infames e vergonhosas

Em nota, o Cimi une sua voz às forças democráticas do país para repudiar a PEC da Blindagem e a indecorosa tentativa de anistiar golpistas condenados e investigados

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) vem a público manifestar seu veemente repúdio à aprovação do Projeto de Emenda à Constituição nº 03/2021, conhecido como a “PEC da Blindagem” ou, mais apropriadamente, a “PEC da Infâmia”. Tal medida se articula ao projeto de anistia aos que tramaram e executaram a tentativa de golpe de Estado, sendo posteriormente condenados.

De forma cínica, aqueles que defendem a PEC 03/2021 justificam que a proposta retoma medida aprovada durante a Assembleia Nacional Constituinte, nos anos de 1987 e 1988, cuja finalidade original era garantir imunidade a deputados e senadores em decorrência das práticas criminosas da ditadura militar, que censurava, perseguiu, ameaçava, torturava, prendia e matava pessoas.

A imunidade lhes dava segurança no exercício dos mandatos, já que somente seriam processados criminalmente mediante autorização das Casas Legislativas, em votação secreta, sem registro nominal de votos e em até 90 dias após a abertura de uma ação penal. No ano de 2001, através da PEC 35, o Congresso alterou a Constituição, rejeitando tais liberalidades uma vez que

o novo contexto histórico havia convertido a proteção original em impunidade.

Agora, em pleno Estado Democrático de Direito, grande parte da Câmara dos Deputados – composta por parlamentares que não escondem sua saudade da ditadura, que defendem torturadores e clamam pela anistia irrestrita a golpistas – ousa afrontar o Supremo Tribunal Federal (STF) e a Constituição Federal.

Ao aprovarem, com larga maioria, a PEC da Blindagem, alterando os artigos 14, 27, 53, 102 e 105 da Carta Magna, parlamentares ávidos por um tipo de proteção comum a quem deve e teme pretendem revigorar privilégios indecentes de imunidade em articulação com as campanhas antidemocráticas.

Ocorre que a PEC e a anistia provocaram forte reação nos mais diversos setores da sociedade. Rapidamente se constatou que tais iniciativas impõem enormes retrocessos institucionais, abrindo espaço à impunidade e ao avanço do crime organizado, sobretudo no Parlamento.

Os deputados, em sua maioria, buscam isolar o Judiciário ao construir um tribunal em que são os juízes e o júri de si mesmos, impedindo que sejam processados ou presos por eventuais crimes inafiançáveis. A PEC da Blindagem, bem como as iniciativas legislativas pela anistia, fere o princípio da igualdade de todos perante a lei e transforma os mandatos parlamentares em escudos contra a Justiça.

Cabe ao Senado ouvir o clamor da sociedade, das Igrejas, das organizações democráticas e de todos os que não aceitam viver sob o domínio da impunidade. Que se rejeite esse escárnio legislativo, tão nefasto quanto a famigerada Lei 14.701/2023, a Lei do Marco Temporal, e o “PL da devastação”, que atropelaram os direitos originários dos povos indígenas.

Neste momento de incertezas, em que a democracia é atacada por quem deveria defendê-la, o Cimi une sua voz às forças democráticas do país para repudiar, sem meias palavras, tanto a PEC da Blindagem quanto à indecorosa tentativa de anistiar os golpistas já condenados pelo STF.

Brasília, 20 de setembro de 2025

Conselho Indigenista Missionário (Cimi)



Foto: © Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH)



Obokata reuniu-se com diversos povos indígenas ao longo de sua missão

Marco temporal amplia vulnerabilidade indígena à escravidão, adverte relator da ONU

O relator manifestou profunda preocupação com a aplicação contínua do que denominou “doutrina do marco temporal”

Por **Renato Santana**, da Assessoria de Comunicação – Cimi

O relator especial das Nações Unidas sobre formas contemporâneas de escravidão, Tomoya Obokata, afirmou, no dia 10 de setembro, durante a apresentação de relatório sobre visita oficial ao Brasil realizada entre 18 e 29 de agosto, que “os povos indígenas são altamente vulneráveis à exploração e abuso”.

Obokata reuniu-se com diversos povos indígenas ao longo de sua missão. As lideranças destacaram que o acesso à terra e oportunidades de geração de renda são essenciais para prevenir formas contemporâneas de escravidão.

O relator manifestou profunda preocupação com a aplicação contínua do que denominou “doutrina do marco temporal”. Apesar de o Supremo Tribunal Federal (STF) tê-la declarado inconstitucional em setembro de 2023, o Congresso Nacional aprovou, semanas depois, a Lei nº 14.701, em resposta à decisão do tribunal.

Desde então, os povos indígenas aguardam o julgamento, pelo STF, de ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) que questionam a lei. De acordo com trecho do relatório, “isso atrasou significativamente a demarcação de terras de todos os povos indígenas e priorizou interesses comerciais, legitimando a violência e violando seus direitos a terras, territórios e recursos naturais tradicionais”.

Obokata ressaltou que esses grupos frequentemente enfrentam altos níveis de violência, ameaças, formas cruzadas de discriminação, perda de acesso a suas terras tradicionais e degradação ambiental decorrente de grilagem, extrativismo e atividades do agronegócio em seus territórios.

Conforme o documento, “isso levou à destruição de seus meios de subsistência, deixando-os sem alternativa senão aceitar trabalhos exploratórios. Há também relatos de exploração sexual de mulheres e meninas indígenas próximas a garimpos e em áreas urbanas”.

Tomoya Obokata foi nomeado Relator Especial sobre formas contemporâneas de escravidão, incluindo suas causas e consequências, em março de 2020. Obokata é atualmente professor de Direito Internacional dos Direitos Humanos na York Law School, no Reino Unido.

Estado brasileiro deixa questão ambiental no discurso ao não garantir territórios, diz Cimi à ONU

“Congresso Nacional quer acabar com a proteção ambiental, e o governo avança com projetos de mineração e petróleo”

Por **Assessoria de Comunicação – Cimi**

Em Debate Geral com o alto-comissário da ONU para os Direitos Humanos, Volker Türk, no dia 11 de setembro, durante a 60ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, o secretário-executivo do Cimi, Luís Ventura, denunciou que o Estado brasileiro restringe ao discurso seu pacto com a transformação ecológica ao não garantir e demarcar as terras indígenas.

Para o Cimi, a demarcação de terras indígenas é a principal política de enfrentamento ao colapso ambiental. “Os três Poderes do Estado brasileiro

firmaram um Pacto pela Transformação Ecológica que apresentarão na COP. A realidade, porém, é outra: não houve avanços e constatamos retrocessos nos compromissos que assumiram”, disse.

A fala, transmitida por vídeo, é a primeira intervenção do Cimi nesta sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, que começou no último dia 8 de setembro e seguirá até o próximo dia 8 de outubro. Lideranças indígenas também irão se dirigir à comunidade internacional neste e em outros momentos da sessão, caso dos painéis e diálogos interativos.

Leia abaixo a fala traduzida do secretário-executivo do Cimi:

Foto: Hellen Loures/Cimi



Conselho de Direitos Humanos – 60ª Sessão Ordinária Item 2 – Debate Geral com o Alto Comissário de Direitos Humanos da ONU

Senhor Alto Comissário,

Em novembro, o Brasil sediará a COP 30 na Amazônia. Precisamos de decisões urgentes e estruturais se quisermos salvar a vida em nosso planeta. No entanto, o Brasil chega a esta COP no momento de maior retrocesso na política ambiental e indigenista desde a Constituição de 1988.

A demarcação de terras indígenas é a principal política de enfrentamento ao colapso ambiental. Contudo, no Brasil, continua em vigor a Lei 14.701, claramente inconstitucional, que abre os territórios indígenas à exploração econômica de terceiros e impõe o marco temporal, impedindo, assim, o direito dos povos indígenas aos seus territórios.

Na política ambiental, o Congresso Nacional quer acabar com a proteção ambiental, e o governo avança com projetos de mineração e petróleo, além de transformar os grandes rios da Amazônia

em hidrovias para a agricultura e a mineração de exportação, com graves impactos sociais e ambientais.

Os três Poderes do Estado brasileiro firmaram um Pacto pela Transformação Ecológica que apresentarão na COP. A realidade, porém, é outra: não houve avanços e constatamos retrocessos nos compromissos que assumiram.

O Brasil vive um momento fundamental de sua história para a defesa da democracia. E a garantia dos direitos territoriais dos povos indígenas é, também, um elemento fundamental para a consolidação da democracia no país.

Solicitamos a este Alto Comissariado que continue a empregar seus esforços para que o Estado brasileiro assuma seus compromissos internacionais e suas obrigações constitucionais em matéria de direitos humanos, revogue a lei do marco temporal e retome as políticas de proteção ambiental e territorial.



Fundada em 1965, a Missão Catrimani representa um modelo de presença respeitosa entre os povos indígenas

MISSÃO CATRIMANI SESSENTA ANOS DE CAMINHADA COM O POVO YANOMAMI

Em um cenário de destruição ambiental e violência extrema contra o povo Yanomami, a Missão Catrimani há seis décadas promove atividades de alento, força e respeito ao equilíbrio sociocultural e ambiental do povo Yanomami

Por **Ligia Apel**, assessoria de comunicação do Cimi Regional Norte I
Com informações da Equipe Missão Catrimani: Padre Bob Francis Mulega,
Padre Filbert Nkanga, Irmã Suzana Kihoo, Irmã Ligia Cipriano,
Irmã Argentina Paulo e Irmã Eunice Wairimu

“Respeito ao equilíbrio sociocultural do povo Yanomami e acompanhamento para adaptação às mudanças ambientais e sociais decorrentes de invasões externas, buscando minimizar traumas.” Estas são as diretrizes da Missão Catrimani, iniciada em 1965 pelos padres da Consolata Bindo Maldolesi e Giovan Calleri.

Catrimani é uma região localizada na Terra Indígena (TI) Yanomami, demarcada e homologada, que abrange os estados do Amazonas e de Roraima. É uma área de difícil acesso, historicamente marcada por invasões desmedidas de garimpeiros, amparados por grandes empresários e políticos, que resultam em destruição ambiental e violências extremas, chegando perto do extermínio da vida Yanomami.

Nesse contexto, 29 comunidades, com cerca de 1.050 habitantes, organizadas em três regiões (alto, médio e baixo Catrimani), foram e continuam sendo atendidas pelos missionários da Consolata. Eles chegaram à região e construíram estruturas adequadas para atendimentos: à saúde – já que as doenças trazidas pelos invasores eram desconhecidas pelos Yanomami e provocavam epidemias –, à educação, à valorização cultural e, principalmente, para contribuir com a luta pela demarcação do território, homologada em 1992, além da proteção da terra indígena.

Hoje, passadas seis décadas da chegada de Bindo e Giovan ao Catrimani, a equipe Consolata é composta

por dois padres e quatro irmãs, que seguem comprometidos com a missão. “Viemos para vivenciar os valores do Evangelho e ser testemunhas vivas do Evangelho da consolação e da vida, promovendo junto ao povo Yanomami o ideal do Bem Viver. Nossa visão é contribuir para o crescimento de um Yanomami ‘moyami’, ou seja, uma comunidade em harmonia consigo mesma, com sua cultura e com o meio ambiente que a cerca”, diz Padre Bob Francis Mulega (IMC), que chegou à região há cinco anos para somar à missionariedade.

“Nossa presença entre os Yanomami não se resume apenas às palavras, mas sim a uma entrega total, um viver e conviver lado a lado, compartilhando as alegrias e tristezas, os desafios e as esperanças deste povo”, afirma Pe. Bob, com convicção e amor. Ele reconhece a etnoeducação como meio de respeitar e valorizar os caminhos trilhados pelo povo Yanomami e ressalta: “na religiosidade do povo Yanomami podemos enriquecer nossa própria fé e espiritualidade”.

Princípios, atividades, desafios e esperanças

Yanomami significa “seres humanos”, expressão que os distingue de animais, seres invisíveis e estrangeiros. A subsistência do povo baseia-se em caça, pesca, coleta e agricultura de coivara, atividades que garantem alta produtividade e diversidade nutricional, responsáveis por mais de 65% da alimentação.

Manter essa garantia e soberania alimentar é um desafio em uma área que exige permanente reestruturação ambiental. Apesar da entrada de

alimentos externos, como açúcar e café, “a cultura agrícola e a autonomia alimentar continuam firmes”, afirma Pe. Bob.

As atividades desenvolvidas pela Missão Catrimani incluem visitas e partilhas, educação escolar indígena, saúde em articulação com órgãos governamentais, realização de oficinas temáticas sobre educação, território, cultura e mulheres, organização e participação em assembleias, fóruns e encontros, estudo e valorização da cultura e espiritualidade Yanomami, comunicação e articulação eclesial e civil em defesa dos direitos indígenas.

Os desafios são igualmente intensos: violências, ameaças e invasões nos territórios; maior integração linguística e cultural; formação e acompanhamento de novos missionários; e manutenção de redes de diálogo e cooperação com entidades externas.

Esses desafios, porém, podem ser enfrentados com a força dos princípios missionários Ad Gentes da Missão Catrimani: convivência e partilha da vida, diálogo intercultural e inter-religioso, valorização da cultura e identidade Yanomami e trabalho em parceria com organizações indígenas, acadêmicas e da sociedade civil.

A força para seguir está no objetivo colocado no horizonte: promover o Bem Viver do povo Yanomami, expresso em seus anseios por autodeterminação e valorização cultural, saúde integral e educação diferenciada, garantia territorial e respeito aos direitos originários, e no fortalecimento de uma pastoral indígenista bem orientada e comprometida com a realidade dos povos.

Entre cuidado e compromisso: o trabalho atual da Missão Catrimani com os Yanomami

“O verdadeiro compromisso é com o bem comum, com a defesa da vida, da cultura e da dignidade”, afirma Pe. Bob, missionário que acompanha o povo Yanomami na Missão Catrimani.

Por **Ligia Apel**, assessoria de comunicação do Cimi Regional Norte I e **Hellen Loures** da Assessoria de Comunicação do Cimi

Em agosto de 2025, a Missão Catrimani completou 60 anos de convivência com o povo Yanomami. Ao longo dessas décadas, os missionários têm se dedicado à vida e à cultura dos indígenas, acompanhando crianças, jovens, mulheres, lideranças e idosos em diferentes aspectos da vida comunitária. Com iniciativas que vão da etnoeducação à promoção da segurança alimentar, passando pelo incentivo à geração de renda e pelo apoio à saúde, a missão busca unir tradição e cuidado, fortalecendo a autonomia, a identidade e a autoestima do povo Yanomami.

Em entrevista ao jornal Porantim, Padre Bob Francis Mulega, missionário contemporâneo dos religiosos Cansolata, compartilha suas experiências, desafios e aprendizados ao lado dos Yanomami. Ele reflete sobre o fortalecimento da cultura, os desafios enfrentados hoje e destaca que o que move a missão atualmente é esperança, fé, unidade e compromisso, sempre pautados em respeito, amizade e compromisso com a vida, a cultura e a dignidade.

Porantim – Quais as atividades desenvolvidas hoje na Missão Catrimani?

Pe. Bob – Atualmente, a equipe missionária da Missão Catrimani acompanha o povo Yanomami em todas as etapas da vida: crianças, jovens, mulheres, lideranças e também os mais velhos.

Com as crianças, o trabalho inclui apoio escolar – leitura, escrita e matemática – sempre em diálogo com suas práticas culturais, como a caça e a vida comunitária. Em datas especiais, como Páscoa, Natal e Dia dos Povos Indígenas, organizamos encontros que reúnem crianças de várias comunidades, fortalecendo a convivência e o sentimento de unidade.

Com as mulheres, o foco é duplo: o cuidado com mães e crianças em situação de desnutrição, oferecendo orientação e acompanhamento, e o incentivo à geração de renda, por meio do projeto de cestaria. O artesanato produzido é comercializado em parceria com organizações, como o ISA (Instituto Socioambiental), e, em troca, as mulheres recebem utensílios e bens necessários ao dia a dia. Além disso, realizamos formações em parceria com universidades e institutos de pesquisa, explorando usos sustentáveis de produtos da floresta, como a banana transformada em biscoito, por exemplo.

Com as lideranças, promovemos encontros de formação e de escuta, valorizando sua experiência e fortalecendo os processos comunitários de decisão.

Com os jovens, o objetivo principal é prepará-los como futuros líderes. O projeto Concentração Cultural e Cura tem sido essencial nesse sentido, ajudando-os a se tornarem protagonistas de sua própria história e, ao mesmo tempo, a valorizar sua identidade cultural diante dos desafios do contato com o mundo externo.

Além disso, os missionários atuam como mediadores culturais na saúde, auxiliando nas traduções entre os Yanomami e os profissionais de saúde. No cotidiano, o diálogo intercultural é constante, fortalecendo vínculos e a confiança mútua.

Porantim – Em termos de segurança alimentar, houve muitas mudanças nas culturas alimentares dos Yanomami?

Pe. Bob – As mudanças foram pontuais. Até cerca de dois anos atrás, a alimentação mantinha-se praticamente inalterada. A principal mudança ocorreu com a entrada da política de distribuição de cestas básicas, que introduziu alimentos como café e açúcar na rotina.



Missão Catrimani em seus 60 anos celebra história de fé, serviço e comunhão, reafirmando compromisso com povo Yanomami

Apesar disso, a base da segurança alimentar Yanomami permanece nas roças tradicionais, com cultivo de macaxeira, banana, milho e outros alimentos, além do consumo de frutas da floresta, como bacaba, açaí, patuá e pupunha. Assim, mesmo com algumas influências externas, a cultura agrícola e a autonomia alimentar continuam firmes.

Porantim – Quanto à educação, ela foi feita na língua portuguesa? Que resultados trouxe para quem se alfabetizou?

Pe. Bob – A educação na Missão Catrimani segue a proposta da etnoeducação, que valoriza a alfabetização na língua materna Yanomami. A língua portuguesa não é a base do ensino, pois a prioridade é fortalecer a identidade e a comunicação em sua própria língua, que possui registro alfabético próprio.

Esse modelo trouxe resultados significativos: a maioria dos Yanomami alfabetizados consegue ler, escrever e se expressar plenamente em sua língua. O português não é amplamente utilizado, e a educação em língua materna fortalece a autoestima, a cultura e a autonomia intelectual do povo.

Porantim – A saúde é crucial. Podemos dizer que a Missão evitou perdas de vidas com doenças trazidas pelos invasores?

Pe. Bob – Sim. A Missão teve um papel fundamental na proteção da saúde Yanomami. Desde sua chegada, os missionários acompanharam de perto as comunidades, especialmente diante das doenças trazidas por invasores.

É verdade que erradicar completamente certas enfermidades não foi possível, sobretudo diante da falta de medicamentos e profissionais em alguns períodos. Mas, ainda assim, a presença missionária foi decisiva para reduzir perdas humanas, apoiar o controle de surtos e articular o diálogo entre os Yanomami e os serviços de saúde.

Porantim – A Missão contribuiu com a demarcação do território Yanomami?

Pe. Bob – Sim, e de maneira decisiva. Desde 1985, os missionários da Missão Catrimani se engajaram fortemente na defesa dos direitos indígenas.

Entre 1989 e 1991, o Exército ocupou a região e chegou a expulsar os missionários, mas isso não impediu a continuidade da luta. O padre João Saffirio, junto a outros aliados, teve papel de grande destaque. Finalmente, em 25 de maio de 1992, foi homologada a Terra Indígena Yanomami, um marco histórico para a proteção do território e da cultura desse povo. A contribuição missionária nesse processo foi fundamental.

Porantim – Que mensagem você deixa não só para as lideranças, mas para todo o povo Yanomami atendido pela Missão?

Pe. Bob – A mensagem que deixo é de esperança, unidade e compromisso. A presença missionária entre os Yanomami sempre foi e continua sendo uma presença de testemunho, amizade e consolação. Estamos juntos nesta caminhada, que muitas vezes se assemelha a uma verdadeira luta pela vida.

É essencial que quem trabalha com os Yanomami tenha clareza de suas intenções: alguns podem agir por interesse próprio, mas o verdadeiro compromisso é com o bem comum, com a defesa da vida, da cultura e da dignidade.

A missão não deve ser vista como uma simples tarefa, mas como uma forma de vida. E quando compreendemos isso, cuidamos com amor das pessoas que fazem parte dela. Todos precisamos uns dos outros — Yanomami e não Yanomami — para proteger a vida, fortalecer a cultura e valorizar as tradições.

Nada do que temos aqui na Terra é permanente. Mas aquilo que cultivamos com fé, respeito e amor — a vida, a cultura e a criação de Deus — é o que realmente permanece. Por isso, seguimos juntos na missão de cuidar e proteger esse grande dom.

50 ANOS DA 1ª ASSEMBLEIA DO CIMI TESTEMUNHO DA MÍSTICA MILITANTE ENCARNADA

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

“Temos diante de nós um verdadeiro Horizonte Aberto: um caminho a ser continuado e construído, na perspectiva da justiça e da paz”. Foi nas palavras de Beth Myky, Jurusi - que fez a sua Páscoa em 2024, depois de uma vida entregue à defesa da Causa Indígena -, que a vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Alcilene Bezerra, fez sua fala na XXVI Assembleia Geral do Cimi, realizada de 21 a 24 de setembro, no Centro de Formação Vicente Cañas, em Luziânia (GO). Com o tema ‘Talita Kum – Levanta-te, vai mais além, a celebração faz memória aos 50 anos da 1ª Assembleia do Cimi, realizada em Goiânia nos dias 24 a 27 de junho de 1975, dando seguimento a mística encarnada na caminhada ao lado dos povos indígenas.

O encontro celebra ainda o Jubileu da Esperança, proclamado pelo Papa Francisco para este ano de 2025, lembra o presidente do Cimi, cardeal Leonardo Steiner. Durante a abertura da Assembleia, ele afirmou que o Cimi pretende renovar e proclamar o caminho da Esperança. “Quanto mais difíceis os tempos, maior deve ser nossa esperança. Podem roubar-nos tudo, menos a esperança”, citou Steiner, recordando as palavras de dom Pedro Casaldáliga, com quem viveu em comunidade quando foi bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia. Para o cardeal, o Cimi é fiel aprendiz dos povos indígenas e reafirma seu compromisso em sua missão de defender incondicionalmente, com esperança e coragem, a vida e os direitos dos povos originários, a caminho da Terra Sem Males.

Para o assessor teológico do Cimi, Paulo Suess, “o desconforto nos faz levantar e ir mais além. Desmontar as nossas tendas para caminhar, seguir adiante”. Um dos pontos centrais desta XXVI Assembleia Geral, segundo Suess, é justamente o imperativo da ação transformadora: o combate à paralisia e ao lugar-comum, que nos convida a avançar com coragem e criatividade diante dos desafios.



Foto: Tiago Miotto/Cimi

Ato contra a PEC da Blindagem, sem anistia para golpista

Conjuntura: a reação antidemocrática

No dia 21 de setembro, durante a abertura da assembleia, milhares de pessoas saíram às ruas por todo o país para protestar contra a PEC da Blindagem e a anistia aos golpistas. Uma comitiva do Cimi seguiu da Assembleia Geral para a manifestação em Brasília. A PEC amplia proteções legais a parlamentares e dificulta a prisão e a abertura de processos criminais contra deputados e senadores. Na ocasião, a proposta havia sido aprovada pela Câmara dos Deputados e seguia para o Senado Federal.

O presidente do Cimi, cardeal Leonardo Steiner, manifestou a posição da entidade contra a PEC da Blindagem e a anistia aos condenados por atos golpistas. Em nota publicada, o Cimi afirma que a PEC integra uma estratégia de bancadas no Congresso Nacional que buscam atacar a Constituição Federal, curvando-a aos próprios interesses e distorcendo o papel das instituições democráticas, a exemplo de outras iniciativas, como a Lei do Marco Temporal.

A Lei 14.701/23, conhecida como Lei do Marco Temporal, é consequência direta deste cenário de

ataques às instituições democráticas e aos seus ordenamentos jurídicos, afirma o Cimi. No caso do marco temporal, a tese havia sido definida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) como inconstitucional. Entretanto, desafiando a Corte, esses grupos no Congresso Nacional desconsideraram os direitos indígenas e, à revelia da Constituição, alteraram ilicitamente o texto constitucional por meio de uma lei ordinária, instalando um cenário que persegue principalmente dois objetivos: inviabilizar as demarcações de terras indígenas e abrir essas áreas aos interesses econômicos de outros grupos e empresas.

“Estamos nos manifestando contra esse projeto de anistia aos golpistas, contra a PEC da Blindagem. Estamos aqui enquanto Cimi, que acompanha os povos indígenas no país, que são estes os povos mais prejudicados por esse Congresso atual, que faz projetos de morte, projeto legislativo que ameaça a vida e os territórios desses povos indígenas”, afirma Ricardo Albernaz, missionário do Cimi Regional Sul, durante manifestação em Brasília (DF).

1ª Assembleia do Cimi, realizada em Goiânia (GO), em junho de 1975, momento fundamental para a caminhada do Conselho Indigenista Missionário ao lado dos povos indígenas, cuja mística e compromisso seguem vivos após 50 anos.

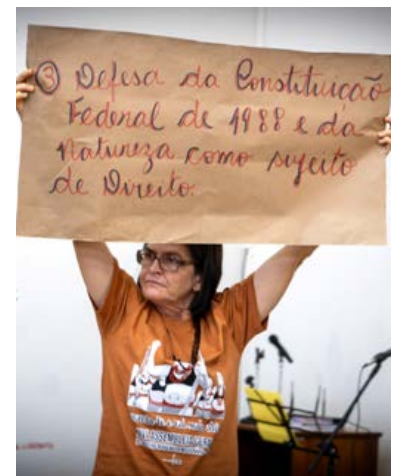


Foto: Acervo Cimi



XXVI Assembleia Geral do Cimi Luziânia (GO), setembro de 2025

Fiel aprendiz dos povos indígenas, o Cimi reafirma seu compromisso em sua missão de defender incondicionalmente, com esperança e coragem, a vida e os direitos dos povos originários, a caminho da Terra Sem Males.



“Aprendemos com os povos indígenas que o levante é condição de vida”

Estado, capital e territórios em debate na Assembleia do Cimi

Análise de conjuntura política e indigenista na XXVI Assembleia Geral do Cimi buscou conectar contexto global e nacional às situações enfrentadas localmente pelos povos indígenas

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

A XXVI Assembleia Geral do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que ocorreu em Luziânia entre os dias 21 e 24 de setembro, foi marcada por reflexões que buscaram conectar a conjuntura global às situações enfrentadas localmente pelos povos indígenas.

As reflexões ajudaram a compor, a partir de perspectivas complementares, o quadro formado pela pressão sobre os territórios indígenas e as ofensivas institucionais contra os direitos dos povos originários. E, a partir deste cenário, imaginar caminhos para enfrentar estes desafios.

Capital territorializado

Paulino Montejo, indígena Maia e assessor político da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), apresentou uma leitura ampla do contexto global em que se dão as disputas em torno dos direitos indígenas.



Foto: Hellen Loures/Cimi

Paulino Montejo, indígena Maia e assessor político da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib)

“Estamos diante de um cenário mundial marcado por crescentes conflitos, guerras e múltiplas crises ambientais, climáticas, hídricas. Crise alimentar, econômica, social, cultural e civilizatória. É tão complexo, que a gente se vê pequeno diante desse cenário”, resumiu. “O império estadunidense, diante da perspectiva de um debacle, está querendo se afirmar. Não admite nenhuma iniciativa multipolar”.

Para Montejo, não se trata apenas de mais uma crise do capitalismo, mas de um “momento metamórfico do capital, que vai se transformando o tempo todo, não importa se tem que atropelar vidas – em todos os aspectos, não apenas humanas. Ao ponto de nos depararmos com um inaceitável genocídio do povo palestino, sob o olhar omisso da comunidade internacional, inclusive com apoio externo”, sintetizou.

Para o secretário executivo do Cimi, Luis Ventura, esse momento é marcado por dois fenômenos principais: o avanço do totalitarismo dentro das instituições do Estado e uma nova fase de expansão do capitalismo.



Foto: Hellen Loures/Cimi

Secretário executivo do Cimi, Luis Ventura

“O avanço do totalitarismo, no Brasil e em outros lugares do mundo, consegue alcançar espaços de poder dentro do Estado para destruí-lo, para fragilizar suas estruturas. É por isso que a gente vive sob a sensação de um Estado permanente de golpe. É um Estado permanente de ruptura, que gera insegurança contínua e manipula a consciência coletiva”, apontou Ventura.

“Em termos de Estado, os consensos mínimos, a perspectiva constitucionalista, essas formas já frágeis e precárias da democracia burguesa, deixam de ser referentes seguros. Mas não é só o aparente equilíbrio institucional entre os poderes, entre as instituições democráticas que se rompe. A sociedade se rompe”, refletiu o secretário do Cimi.

Esse contexto político, pontuou Paulino, favoreceu o “enraizamento” da extrema direita na sociedade e no Congresso Nacional, onde as forças que buscam anistiar políticos e militares condenados por tentativa de golpe e se blindar contra possíveis investigações são as mesmas que investem cotidianamente contra os direitos indígenas.

“Quando a gente fala de golpe, não está falando apenas da quebra das institucionalidades. Os golpes vêm um atrás do outro”, afirmou Paulino, lembrando medidas legislativas que afetam negativamente os povos indígenas, como a Lei 14.701/2023, a Lei do Marco Temporal; a Lei nº 15.190/2025, conhecida como Lei da Devastação; e diversas outras iniciativas legislativas que buscam fragilizar os direitos territoriais indígenas.

“Quem sai ileso dessa fragilização do Estado sempre é o mercado. É o mercado e o capital que continua se espalhando, se expandindo e conseguindo seus objetivos. E quando se fala do capital, tudo passa pelo território”, analisou Luis Ventura.

“A gente conhece como avança o agronegócio, a mineração, os grandes projetos, a BR-319, o petróleo na foz do Amazonas, e aí vai. A questão é que nessa pauta desenvolvimentista, todos os poderes aparentemente coincidem. Todos estão na mesma página, entendendo que o caminho do Brasil continua passando pela expansão do capital”, resumiu o secretário executivo do Cimi.

Disputa por direitos

A vigência da Lei 14.701 foi apontada pelos expositores como um elemento central para as atuais violações contra os povos originários e para as lutas que os povos indígenas travam neste momento.



Foto: Hellen Loures/Cimi

Jurista Deborah Duprat, ex-subprocuradora-geral da República

Para a jurista Deborah Duprat, ex-subprocuradora-geral da República, a promulgação da lei foi uma “derrota total”. A lei retomou dispositivos que fragilizam os direitos indígenas e que, depois de terem sido incluídos no julgamento do caso Raposa Serra do Sol pelo Supremo Tribunal Federal (STF), foram considerados inconstitucionais pela Corte

no processo de repercussão envolvendo o território do povo Xokleng, em 2023.

“A Lei 14.701 é o ressurgimento de todos os males contra os quais os povos indígenas tinham lutado”, afirmou. A jurista destacou o fato de que apenas três meses depois de tomar uma decisão de repercussão geral favorável aos direitos indígenas, o STF reabriu o mesmo debate na Câmara de Conciliação criada pelo ministro Gilmar Mendes para analisar as ações que discutiam a constitucionalidade da Lei.

“O Supremo, lá atrás, já reconheceu que o Poder Judiciário lida muito mal com os tempos indígenas, que o Poder Judiciário captura os povos indígenas num tempo da eternidade. Nunca julga, nunca termina e as coisas sempre voltam. Foi o que aconteceu nesse caso”, disse Duprat.

Para Paloma Gomes, advogada e assessora jurídica do Cimi, a disputa no poder judiciário depende de uma “luta política permanente”. “A gente está tendo discussões no Supremo onde todos os direitos que foram conquistados em 1988 estão sendo rediscutidos. E a gente tem que disputar, obviamente, esse espaço”, defendeu.



Foto: Hellen Loures/Cimi

Paloma Gomes, advogada e assessora jurídica do Cimi

Entre os principais componentes desta disputa, Paloma ressaltou a pulverização das pautas que discutem questões essenciais para os direitos territoriais indígenas e o uso de ferramentas de conciliação para discutir esse tema, sob a justificativa de “pacificação” do país.

“Grandes temas hoje no Supremo estão sendo discutidos e resolvidos mediante conciliação, e estão querendo trazer para a discussão do direito indígena a conciliação como resolução de um conflito histórico, que traria paz aos territórios indígenas. E quem se opõe ou questionaria seria contra a pacificação no país, e o que não é verdade”, avaliou Paloma.

“Quando a gente vai ver no concreto, as soluções propostas são coisas velhas, que já foram tentadas lá atrás. É redução de território, é permuta, é pagamento de indenização”, enumerou a advogada.

“Estão abrindo as portas, os caminhos, de fato, para a mineração. E o Judiciário está sendo um ator importantíssimo nesse negócio. O que não se consegue no Congresso, está se conseguindo dentro do Poder Judiciário. Então, é preciso muita atenção a isso”, alertou Deborah Duprat.

O movimento indígena entre mundos

As consequências deste cenário complexo para o movimento indígena foram apontadas pelas lideranças que participaram da discussão. Eva Canoé, liderança indígena de Rondônia e integrante da Organização dos Povos Indígenas de Rondônia e Noroeste de Mato Grosso (Opiroma), refletiu sobre as formas de ação política que os povos originários e suas lideranças têm adotado.



Eva Canoé, liderança indígena de Rondônia e integrante da Org. dos Povos Indígenas de Rondônia e Noroeste de Mato Grosso (Opiroma)

“Nós, povos indígenas, fazemos parte de uma política social, uma política que faz um trabalho pelo bem comum de todos, pela defesa da casa comum. Nós não somos da política partidária, nós somos política social”, pontuou a liderança.

“E nessa política social a prioridade é trabalhar sempre pela coletividade, porque a política partidária é individualista e causa divisão entre os povos. Hoje também precisamos estar dentro dessa política partidária, mas não podemos jamais perder a essência da política coletiva, que é a essência da luta do movimento indígena e do próprio indígena”, defendeu Eva Canoé.

Para Kretã Kaingang, liderança indígena do Paraná e integrante da coordenação nacional da Apib, a intersecção entre estas formas de ação política resultou no surgimento de perspectivas antagônicas dentro do movimento indígena.



Kretã Kaingang, liderança indígena do Paraná e integrante da coordenação nacional da Apib

“Nós estamos vivendo em dois mundos”, sintetizou. “Um é o mundo daqueles que estão fazendo a resistência na retomada e nos territórios, contra o garimpo, contra madeireiros, contra invasores de áreas de territórios. E o outro é o mundo que está dentro do governo e é movimento indígena nacional”.

“Ter os nossos parentes dentro do governo era um sonho do movimento indígena nacional, sempre foi. Houve essa vontade. Mas era para que os nossos parentes usassem esse espaço para trabalhar as políticas e os direitos dentro do governo, não para fazer o papel de movimento indígena”, destacou Kretã.

Para ele, a superação desta cisão passa pelo fortalecimento de uma perspectiva crítica, distanciada do Estado e baseada nas comunidades locais.

“Faço questão de morar numa retomada, porque para mim é desobedecer ao Estado. Quando você retoma um território, você está falando: ‘eu não te obedeco, crie as leis que você quiser, nos enfrente, mas eu não vou deixar retrocederem as retomadas e nossos territórios’”, defendeu a liderança.

“Os povos indígenas estão em permanente estado de levante”, refletiu Luis Ventura. “Nós aprendemos com os povos indígenas que o levante é uma condição de vida. O horizonte se disputa no próximo passo. E para isso precisamos, junto com os povos indígenas, encarnar essa condição permanente de levante”.

“Nós aprendemos com os povos indígenas que a sua luta é uma luta antissistêmica. E, ou a gente reforça esse paradigma, ou realmente nós vamos estar com muitas dificuldades até para conseguir pequenas vitórias. Já falava Pedro Casaldáliga: não serão os governos de baixa democracia os que resolverão os problemas dos povos indígenas”, lembrou o secretário executivo do Cimi.

“Claro que a luta passa pelo Estado, mas a partir de onde? De que forma a luta com esse Estado? Se trata de disputar o Estado para fazer parte e tentar transformar ele de dentro? Ou se trata, talvez, de disputar um projeto libertador em interação histórica com esse Estado?”, questionou Ventura.

“Se a gente não fizer esse tipo de luta, não garantiremos as nossas futuras gerações”, afirmou Kretã Kaingang.



XXVI Assembleia Geral do Cimi, Luziânia (GO), setembro de 2025

Documento Final da XXVI Assembleia Geral do Cimi

Levanta-te e vai mais além (cf. Lc 17.11-19)

Missionárias e missionários, leigas e leigos, religiosas e religiosos, com a presença de lideranças indígenas de várias regiões do Brasil, reuniram-se de 21 a 24 de setembro de 2025, no Centro de Formação Vicente Cañas, em Luziânia (GO), para a XXVI Assembleia Geral do Cimi.

“Levanta-te e vai mais além” foi o tema que norteou os discernimentos da realidade sociopolítica deste momento e acompanhou a definição das seguintes prioridades para os próximos dois anos:

Terra, território e direito a água, com ênfase na demarcação, usufruto exclusivo e produção de alimentos saudáveis; afirmar a Constituição Federal, compreendendo a terra e a natureza como sujeitos de direitos; e os Povos Indígenas em contexto urbano, suas lutas por terra e políticas públicas diferenciadas.

O Cimi também acolheu, na integralidade, as propostas apresentadas pelas lideranças indígenas presentes na assembleia, dentre as quais destacamos: a necessidade de investir esforços no fortalecimento das organizações de base, da autonomia dos povos indígenas e de uma maior articulação política e institucional.

O Cimi, nesse ambiente de reflexão e análise, não deixou de acompanhar – com preocupação – as ações violentas praticadas (durante o andamento da Assembleia) contra as comunidades Guarani e Kaiowá de Guyraroka, Porto Cambira e Avaeté 2, no Mato Grosso do Sul, que sofreram ataques brutos e ilegais das forças de segurança do estado, quando estavam buscando o direito à vida, ao futuro e a dignidade através da retomada de seus territórios tradicionais.

O tema escolhido para a XXVI Assembleia Geral, no ano do Jubileu da Esperança, se inspirou em Lc 17.11-19, sobretudo no encontro e na cura de Jesus aos dez leprosos. Um deles voltou para agradecer e louvar a Deus. E Jesus lhe disse: “Não fui eu. Foi a tua fé que te salvou. Levanta-te e vai além!”.

E nós, do Cimi, procuramos mais uma vez nos levantar, pedir perdão aos povos indígenas, agradecer a Deus e animar-nos com a promessa de ir mais longe e além dos seus 53 anos desde a sua criação, que nesta Assembleia comemoramos.

Durante as análises feitas, verificamos, mais uma vez, que os povos indígenas no Brasil, apesar de seu forte e expressivo protagonismo e marcante presença nos espaços de poder público – especialmente no Executivo, responsável pelas políticas voltadas às comunidades –, ainda são tratados como obstáculos ao desenvolvimento econômico. Este modelo, de caráter exploratório e radicado na extração desmedida dos recursos da Mãe Terra, avança dia após dia, sufocando-a com a devastação que impõe.

A Mãe Terra chora e clama por seus filhos e filhas ante a ofensiva do desmatamento, das queimadas, do garimpo e da mineração predatória. Os ambiciosos não cessam um só segundo suas agressões; contaminam e dilaceram o meio ambiente, as águas e toda a biodiversidade.

Nesse contexto, as vidas pouco valem diante da ganância por uma lucratividade fácil e farta. Não há medidas, leis ou mecanismos de contenção capazes de frear os interesses do capital quando estes se apresentam com seus tentáculos, sobrepondo-se a tudo e a todos.

Teses, leis e proposições legislativas são criadas para restringir direitos, fragilizar as lutas e impor, da forma mais contumaz, limitações à capacidade da Constituição Federal de demarcar, proteger e garantir os territórios tradicionais.

A Lei 14.701/2023, conhecida como “Lei do Marco Temporal”, foi criada para interromper a política indigenista

em um momento de esperança. Ela paralisou as demarcações, estimulou a violência e as perseguições e acelerou as invasões de territórios. Trata-se de um instrumento a favor do arbítrio, cuja tese central já foi considerada inconstitucional pelo STF, mas que segue em vigor, submetendo vidas a um poder insensato e causando dor e sofrimento aos povos originários em todas as regiões do Brasil.

É imperativo e urgente que o STF retome, imediatamente, o julgamento do Recurso Extraordinário de Repercussão Geral 1.017.365 – tema 1031 – para declarar a inconstitucionalidade da Lei 14701/2023.

Às vésperas da COP30, observa-se, com grande preocupação, que os algozes, detentores do capital político e econômico, são os próprios fiadores desse espaço internacional de reflexão sobre o clima. Na prática, pretendem transformar a natureza em um grande canteiro de obras, especialmente vinculado à mineração de terras raras e à extração de petróleo e gás, com destaque para a foz do Rio Amazonas.

A força do mercado, gerada pelas grandes corporações transnacionais exploratórias, impõem-se de forma cruel, subjulgando o povo, a natureza e a soberania de nossa Casa Comum e, sob a lógica da exploração, promovem a financeirização da natureza. Elas arrastam governos, iludem consciências e promovem, de um lado, a cooptação e, de outro, o extermínio. Não há ética, solidariedade, piedade ou remorso, pois, para elas, os bens da Terra devem servir à economia e à riqueza de minorias que se julgam donas do mundo.

Mas há resistência. A passividade não comunga com a luta; esta não se amedronta, é teimosa, rebelde e radical na defesa da vida, dos direitos e da Mãe Terra, nossa Casa Comum.

Levanta-te e vai mais além, como peregrinas e peregrinos. Não vivemos tempos de conforto, mas de desmontar nossas tendas, desfazer nossa razão e segurança e desconstruir nosso sonho de um mundo perfeito. Muitas vezes, nosso desconforto é uma mensagem de Deus para que nos levantemos.

Levanta-te e vai mais além, porque, como nos dizia Dom Pedro Casaldáliga: “quanto mais difíceis os tempos, maior deve ser nossa esperança”. Sigamos como aprendizes, como iniciantes no amor, na esperança e na rebeldia, peregrinando pelos caminhos das causas que nos mobilizam.

Levanta-te e vai mais além, ao encontro de um futuro com os povos indígenas. Um futuro que muitas vezes consideramos incerto, mas que é o destino desta exigência de um amor radical por eles, que caminham ao nosso lado.

Levanta-te para prepararmos o desmonte de nossas tendas. A vida nos induz a ir além, porque não é perfeita, mas sim marcada por inquietações. Porém, levantar-se é o recomeço necessário para que, junto aos povos indígenas, entendamos que o que a vida quer de nós é coragem.

Não é só a crença que salvou o leproso. Foi a fé em movimento, foi a tua esperança peregrina que produziu gratidão e paciência. Foi a fé que transformou a vida em glória a Deus. Glória a Deus são os povos indígenas em luta pela vida e nós, incondicionalmente ao seu lado, não como assentados, mas como peregrinas e peregrinos de esperança.

Diga ao Povo que avance!
 Avançaremos!

Centro de Formação Vicente Cañas, Luziânia (GO),
 24 de setembro de 2025

XXVI Assembleia Geral do Conselho Indigenista Missionário – Cimi



Vozes do cerrado: atingidos pelo Matopiba denunciam destruição aos territórios e vidas

Em encontro, povos indígenas, assentados e pastorais sociais relatam como a expansão do agronegócio ameaça o bioma e os modos de vida das comunidades

Por **Andressa Algave**, Assessoria de Comunicação do Cimi Regional Maranhão

Rios contaminados, matas consumidas pelo fogo, plantas de medicina desaparecendo e grilagem de terras: lideranças revelam os danos que resistem à última fronteira agrícola do Brasil. Diante dessa realidade, povos indígenas, assentados e pastorais sociais dos estados da Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Piauí e Tocantins se reuniram em Cristalândia (TO), nos dias 27 e 28 de setembro, para o Encontro de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais Atingidos pelo Matopiba. No encontro, denunciaram os impactos do projeto de expansão do agronegócio, que transformou a promessa de desenvolvimento em dor e destruição para quem habita essas terras há gerações.

O evento contou com a participação de lideranças dos povos Akroá Gamella, Apinajé, Javaé, Kanela, Karajá Iny, Kiriri, Krahô, Krahô-Kanela, Krenjê, Krepym, Memortumré Kanela, Timbira Krepym, Tuxá e Xerente, além de assentados da Praia Norte e Chave de Ouro, do Tocantins, para uma programação com palestras e rodas de conversa sobre os danos sofridos pelo projeto.

Também estiveram presentes apoiadores da Regional Norte 3 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Cáritas Alemã, da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) e delegações do Cimi dos regionais Leste, Nordeste, Maranhão, Goiás/Tocantins (GOTO) e Mato Grosso, além da equipe do Secretariado Nacional.

Ivanilda Santos, secretária adjunta do Cimi, explicou que o encontro foi um espaço de troca. “Eles relatam que esse desenvolvimento prometido não chega para eles. Pelo contrário, traz a morte. A morte de seu bioma, o Cerrado, a mata, os peixes, os rios todos contaminados com o veneno do agronegócio, o fogo, pois todos os anos



os territórios vêm sofrendo muito com o fogo, em que se destrói os seus biomas”, disse.

Durante o encontro, as lideranças denunciaram a grilagem de terras, a mineração e o arrendamento de territórios indígenas, quilombolas e camponeses impulsionados pelo Matopiba, cuja sigla é formada pelas iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Segundo os depoimentos, os impactos não se limitam aos estados do acrônimo, mas vão além, atingindo Mato Grosso e Minas Gerais, que vêm registrando violências associadas à expansão do gado e das monoculturas incentivadas pelo projeto.

Lethicia Reis, assessora jurídica do Cimi Regional Leste, destacou que o encontro foi um espaço importante para aprofundar a compreensão sobre o Matopiba e seus impactos sobre os territórios. “O Matopiba é uma política pública que facilita os empreendimentos que já vinham acontecendo, principalmente no Cerrado do Brasil, a partir da década de 1980, e que envolvem irrigação, muito plantio de soja e empreendimentos relacionados a isso. O que a gente percebe é que os danos ambientais do Matopiba extrapolam em muito a região, que faz parte dessa chamada fronteira agrícola”, afirmou.

Lideranças relatam danos em carta

Entre os relatos, as comunidades afirmaram que o Matopiba tem transformado suas regiões em “zonas de sacrifício”, em nome de um modelo de desenvolvimento que intensifica as mudanças climáticas e a injustiça socioambiental.

Maria da Conceição Akroá, presidenta da Associação dos Akroá Gamella do Uruçuí (PI), destacou que tanto as comunidades quanto o Cerrado, bioma predominante na região afetada, sofrem os efeitos do avanço do agronegócio: “Hoje o nosso bioma Cerrado está deserto, sem as nossas plantas nativas. Está destruído, e o projeto [Matopiba] está trazendo mais impactos, como os agrotóxicos e a grilagem de terras. No Encontro, vimos os impactos que cada estado e cada pessoa está sofrendo. Nossas plantas de medicina, por exemplo, já não existem mais.”

Na “Carta dos povos atingidos pelo Matopiba em defesa dos territórios livres”, lançada ao fim do encontro, os povos e comunidades denunciam as violações e os danos socioambientais provocados pela expansão do agronegócio na chamada última fronteira agrícola do Brasil.

O documento exige a demarcação das terras indígenas, a titulação dos territórios quilombolas, a regularização de outras áreas tradicionais e a realização da reforma agrária. A carta também reivindica a criação de uma Coordenação Regional da Funai no Piauí, a revogação de leis, como a inconstitucionalidade da lei 14.701/23, e decretos que legitimam o roubo de terras, além da suspensão dos licenciamentos de grandes empreendimentos vinculados ao Matopiba e a reparação dos danos socioambientais causados por esses projetos.



TERRITÓRIOS AMEAÇADOS, POVOS EM LUTA

Povos indígenas e quilombolas buscam resistência coletiva frente às múltiplas violações impostas pelo Estado

Encontro em São Joaquim de Bicas (MG) promove debate sobre os impactos históricos e atuais da mineração na região e fortalece a luta coletiva por justiça e reparação

Por **Rory Wesley**, do Cimi Regional Leste

Seis anos após o rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho, povos indígenas e quilombolas realizaram, no dia 30 de agosto, um importante encontro formativo no território da Aldeia Não Xohã – Sucupira, em São Joaquim de Bicas (MG). Ocorrida em 2019, a tragédia causou destruição ambiental, mortes e graves violações de direitos em toda a bacia do rio Paraopeba. Diretamente atingida pelo crime da mineração, a aldeia também se tornou um símbolo de resistência e reexistência frente às múltiplas violações impostas pelo Estado e pelos grandes empreendimentos na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O encontro, promovido pelo Conselho Indigenista Missionário – Cimi Regional Leste com o apoio do Fundo Nacional de Solidariedade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), teve como objetivo refletir sobre os impactos históricos e atuais da mineração na região e fortalecer a luta coletiva por justiça e reparação. A programação contou com falas de lideranças indígenas e quilombolas, momentos de espiritualidade, rodas de conversa e trabalhos em grupo que apontaram caminhos de resistência ancorados na justiça jurídica e reparatória, no fortalecimento comunitário, no cuidado com a terra e na espiritualidade ancestral.

Um dos momentos centrais foi a análise de conjuntura, conduzida por Haroldo Heleno, coordenador regional do Cimi Leste e Emmanuel Almada, integrante da Comissão Pastoral da Terra (CPT), com participação de Marco Antônio, liderança quilombola. Durante a exposição, foram apresentados dados e reflexões com base no mapa elaborado pela Rede Igrejas e Mineração, apontando o avanço da atividade minerária na região. A análise



Povos indígenas e quilombolas participaram de encontro formativo na Aldeia Não Xohã – Sucupira, em São Joaquim de Bicas (MG)

abordou não apenas a devastação ambiental e territorial, mas também os ataques institucionais aos direitos dos povos originários e quilombolas.

Entre os destaques, foi debatida a Lei 14.701/2023, que instituiu o chamado Marco Temporal, considerada um dos maiores retrocessos legislativos desde a Constituição de 1988 no que se refere aos direitos territo-

riais indígenas. A nova legislação impõe barreiras ao reconhecimento de novas Terras Indígenas, acirrando conflitos fundiários e aprofundando a insegurança jurídica das comunidades.

Outro ponto crítico abordado foi o aumento expressivo da violência contra os povos indígenas, com ênfase nos ataques sofridos pelos povos Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe, no sul e extremo sul da Bahia. Esse cenário se agrava com o fortalecimento da extrema direita no Congresso Nacional, que, por meio de comissões, mesas de conciliação e projetos de lei, tem promovido uma série de medidas que ameaçam frontalmente os direitos constitucionais dos povos indígenas e quilombolas. A ofensiva legislativa, liderada por setores da bancada ruralista, atua de forma articulada para desmontar políticas públicas, fragilizar os instrumentos de proteção e criminalizar as lutas por território e vida digna.

Mesmo diante desse cenário de ameaças o encontro reafirmou a força, a coragem e a continuidade da resistência dos povos. Nesse sentido, um fruto importante do encontro é o processo coletivo de construção de um plano comum de apoio entre as comunidades indígenas e quilombolas no enfrentamento à mineração e aos grandes empreendimentos na região.

Por meio da escuta coletiva, da partilha espiritual, do resgate da memória e da construção de estratégias conjuntas, os participantes reforçaram o compromisso com a defesa do território, da vida, da dignidade e da autodeterminação. Por isso, para o Cimi Regional Leste, encontros como esse são fundamentais para proporcionar espaços de articulação, escuta e construção coletiva, que honram os saberes ancestrais, fortalecem alianças e renovam o compromisso com a justiça. A resistência dos povos segue viva: reconstruindo, reexistindo e lutando por justiça.



Foto: Rory Wesley/Cimi Regional Leste

Hortas comunitárias: além de alimentos, ação concreta de enfrentamento às ameaças ao território Apurinã no Amazonas

O Projeto Plantando Esperanças, implementado em duas aldeias Apurinã em Lábrea, sul do Amazonas, fortalece protagonismo das mulheres e jovens indígenas

Por **Daniel dos Santos Lima**, Cimi Regional Norte I, Equipe Lábrea

Mulheres e jovens indígenas das aldeias Ilha da Índia, na Terra Indígena (TI) Apurinã do Igarapé Mucuí, e Morada Nova, na TI Acimã, uniram forças em uma experiência marcada pela solidariedade, pelo trabalho coletivo e pela esperança. Essa vivência tomou forma no projeto Plantando Esperança, executado entre 7 de julho e 7 de agosto de 2025 pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) – Regional Norte I, Equipe Lábrea.

A iniciativa nasceu em resposta a um cenário cada vez mais difícil para as comunidades do Polo Tumiã. A seca severa dos rios e a consequente escassez de alimentos têm afetado diretamente a saúde, a mobilidade e o modo de vida nos territórios. Somam-se a isso outros desafios, como o custo elevado do transporte, a dificuldade de acesso a merenda escolar saudável, a necessidade urgente de fortalecer a autonomia das mulheres e criar alternativas positivas para a juventude.

Diante desse cenário ameaçador, a atividade de produção de alimentos de forma orgânica é assumida como importante caminho de sustentabilidade para a comunidade.

Para os jovens, que enfrentam ameaças externas, como o uso abusivo de bebidas alcoólicas, o cultivo de hortaliças se apresenta como uma ação concreta para o enfrentamento dessas ameaças.

“Eu vejo que, com essa horta, vai ter mais alimento nutritivo na aldeia. A comida vai ficar mais gostosa e também vai ajudar quando faltar tempero, principalmente em festas ou eventos na comunidade. Os jovens participaram bastante do projeto. Seria bom fazer mais atividades assim, que envolvam não só os jovens da Aldeia Morada Nova, mas também os do Polo Base Tumiã, que têm problema com alcoolismo”, destaca Jairison Rodrigues Cabral Apurinã, liderança jovem da Aldeia Morada Nova.



Preparando o solo que alimentará as plantas

Mutirão, sementes e novas possibilidades

Com a proposta de enfrentar esses desafios de forma prática, concreta e coletiva, o projeto apoiou a construção de hortas comunitárias nas duas aldeias em regime de mutirão. Mulheres, jovens e a equipe do Cimi trabalharam juntos, unindo força, conhecimento tradicional e novas técnicas para o cultivo.

Os canteiros receberam sementes de cebolinha, tomate, pimenta de cheiro, coentro, couve e chicória, além de mudas de frutíferas como açaí. Também foram fornecidos insumos, ferramentas e materiais necessários para proteger e cuidar das hortas. Todo o planejamento foi feito em diálogo com as comunidades, respeitando a cultura e as preferências alimentares locais.

Mais do que alimento

O Plantando Esperança não se limitou à produção de hortaliças e frutas. Ele se tornou também um espaço de fortalecimento de laços comunitários e de estímulo ao protagonismo feminino e juvenil.

“Eu aprendi muito. Eu não sabia plantar semente, nem fazer horta. Achei muito bom ter essa experiência nova. Eu digo para as outras mulheres fazer também uma horta assim, na comunidade ou na casa delas. É bom ter verdura para temperar nossa comida. E essas verduras e ervas não é só para tempero não, também serve para curar alguns tipos de doença”, afirma Maria Decilene Lopes de Souza Apurinã, do coletivo de Mulheres Sytuwakuru.



Selecionando as mudas



Jovens Apurinã semeando hortaliças

Foto: Daniel Lima/Cimi Regional Norte 1

Foto Áila Santos/Cimi Regional Norte

Foto Daniel Lima/Cimi Norte 1



Folha de bananeira para proteger a horta

Esse sentimento é compartilhado por Dalzira Cabral Brasil Apurinã, liderança do mesmo coletivo na aldeia Morada Nova: “Esse trabalho que nós fizemos aqui, com o grupo das mulheres Sytuwakuru e com o grupo dos jovens Amaruwakuru, era o que nós queríamos. Nós, como indígenas, gostamos muito desse tipo de trabalho. Gostamos de tudo que foi feito, tanto com as mulheres como com os jovens. Aqui na aldeia, nunca nós tivemos esse plantio, esses canteiros”, contou Dalzira, com esperanças.

Juventude ativa

O envolvimento da juventude foi um dos pontos mais marcantes da atividade. Trabalho conjunto, ajuda mútua e alegria é o que destaca a jovem Natalina de Souza Brasil Apurinã, da aldeia Morada Nova.

“Eu vi que os jovens estavam bem ativos. É muito bom ter momento assim, onde eles participam e se sentem à vontade nas atividades, e ainda aprendem coisas novas. O momento mais marcante foi na hora dos trabalhos, com jovens e mulheres conversando, rindo e numa alegria total. Como comunidade, a gente fica feliz de ver os jovens trabalhando. Isso é muito bom”, declara Natalina.

Para Antônio Charles Cabral do Nascimento Apurinã, liderança do grupo de jovens da aldeia Morada Nova, a experiência foi transformadora: “para mim, participar da horta comunitária foi muito legal, junto com o Cimi e a comunidade. O que mais me motivou foi aprender como construir uma horta”.



Mulheres coletam paú, adubo da floresta para os canteiros



Jovens coletam paú, adubo da floresta para os canteiros

Resultados e desafios

As sementes já começaram a germinar e a expectativa é que nas próximas semanas as primeiras hortaliças estejam prontas para o consumo. Quando plenamente produtivas, as hortas contribuirão para melhorar a alimentação das famílias e oferecer merenda escolar mais nutritiva às crianças.

Na avaliação do missionário e coordenador da equipe do Cimi em Lábrea, Queóps Melo, o projeto é bom e a atividade obteve resultados positivos, consequentes da ação conjunta e do enfrentamento coletivo dos desafios.

“Esse projeto foi muito bom, principalmente pela adesão dos indígenas à proposta. Tivemos alguns desafios, como o acesso às aldeias durante o período de execução, que

dificultou o transporte de materiais, mudas e outras coisas. Também enfrentamos a grande quantidade de saúvas nos territórios, e por isso optamos por fazer canteiros suspensos, que facilitam o controle desses insetos. Acho que os desafios foram superados pelos aprendizados, principalmente no que diz respeito à organização interna das aldeias”, avaliou o missionário.

Esperança cultivada

A experiência também marcou os membros da equipe. Para Kauê Nascimento, novo missionário da equipe, a experiência ensinou valores coletivos e fortaleceu o princípio da união.

“Como membro mais jovem da equipe, participar da construção das hortas comunitárias junto com as mulheres e os jovens das aldeias foi uma experiência que mudou muito para mim. O que mais me marcou foi a força e a sabedoria que vi em cada pessoa. Essa união me fez ver que, não importa a idade, colaboração e respeito são a base para alcançar os objetivos”, avaliou Kauê.

Para a missionária Áila Santos ver as mulheres indígenas à frente desse trabalho é inspirador. “É muito bom ver o protagonismo das mulheres indígenas, porque isso mostra empoderamento e fortalecimento dos seus territórios. Elas têm um papel fundamental na preservação da cultura e no cuidado com a mãe terra”, afirmou.

Para a equipe do Cimi Lábrea, o projeto Plantando Esperança é mais do que um projeto, é um passo concreto para enfrentar a fome, o isolamento e a insegurança alimentar. Ele renova o compromisso com a vida e com a força das mulheres e dos jovens indígenas que cuidam de suas famílias e territórios.

Assine o
PORANTIM
 EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – Depósito Bancário ou PIX:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO
 Banco Bradesco – Ag.: 0606 – C/C: 144.473-5
 PIX: adm.porantim@cimi.org.br

Envie cópia do depósito por e-mail,
 correios ou WhatsApp

SDS – Ed. Venâncio III, salas 309/314 – Asa Sul
 Brasília-DF – CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 9 9628-4565
 (61) 2106-1650 / 2106-1655

www.cimi.org.br

CONSTRUINDO UM
 MUNDO SEM MALES!

Ass. anual: **R\$ 130**
 Ass. dois anos: **R\$ 190**
 América Latina: **US\$ 55**
 Outros países: **US\$ 90**

Assinatura de apoio: **R\$ 170**
 Com ela você contribui para
 o envio do jornal a diversas
 comunidades indígenas do país

A HISTÓRIA DO "ÍNDIO DE TANARU" ESTÁ ABERTA

A reconstrução da memória dos povos do rio Tanaru

A família de Mercedes Guaratira, matriarca que morreu em 2015, deixou seis filhos e passou a vida toda afirmando ter nascido no rio Tanaru. O Cimi afirma que os Guaratira são, na verdade, Tanaru, cuja linhagem histórica se perdeu

Por Jullie Pereira, para a InfoAmazonia

Indigenistas do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) afirmam que o "Índio do Buraco" não foi o último do povo Tanaru, de Rondônia. O indígena, que morreu em agosto de 2022, era conhecido por ser o último sobrevivente da etnia, dizimada por uma série de violências que acompanharam a colonização de Rondônia na segunda metade do século XX. Ele recebeu esse nome por cavar grandes buracos, do tamanho de uma pessoa, nas palhoças que construía.

O Cimi atua na região há mais de 30 anos. Após a morte do "Índio do Buraco", a organização acendeu um alerta e passou a investigar a possibilidade de contato direto dos Tanaru com outro povo: os Guaratira. A iniciativa foi motivada por relatos de uma família indígena de Rondônia sobre a matriarca Mercedes Guaratira, que viveu por mais de 90 anos e contava a história de como nasceu e precisou fugir do território onde viveu o "Índio do Buraco".

Agora, os indigenistas estão em uma expedição visitando comunidades para escrever um relatório. O documento será composto por relatos e fotos, e será enviado para a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e para o Ministério dos Povos Indígenas (MPI). O Cimi afirma que o povo Guaratira é, na verdade, o povo Tanaru, cuja linhagem histórica se perdeu.

"A Funai tem que reconhecer esse equívoco histórico. Aqui, nesse caso, reconhecer esse erro histórico nem precisaria de estudo antropológico. Era só acreditar naquilo que os filhos da dona Mercedes, os descendentes do povo, estão falando", diz a antropóloga do Cimi, Laura Vicuña Pereira Manso.

A reportagem procurou a Funai e o MPI e questionou se os órgãos conhecem a história da família que alega ser do povo Tanaru. Até a publicação desta reportagem, não havia recebido uma resposta a essa pergunta.

A InfoAmazonia também questionou os dois órgãos sobre qual o processo oficial de reconhecimento desse povo. Ambos enviaram uma nota publicada pela Funai em junho deste ano, informando que o reconhecimento étnico não é uma responsabilidade do Estado. O texto também explica que existem dois documentos usados para fazer o reconhecimento: a autodeclaração, feita pelo indígena, e uma declaração da comunidade a qual pertence.

"A exigência do reconhecimento estatal como requisito para o acesso a direitos configura-se como uma barreira institucional para o exercício da cidadania e confunde-se com a antiga política tutelar não recepcionada pela Constituição Federal de 1988. O texto constitucional trouxe um novo entendimento sobre os processos individuais e sociais a respeito da construção e formação de identidades étnicas ou de pertencimento de povos, reforçando a autonomia das comunidades indígenas", diz a nota.



Registro de Tanaru no filme "Corumbiara" (2009)



Maloca do "Índio do Buraco"

A história de Mercedes

Mercedes teve seis filhos e faleceu em 2015. Sua filha, Rosalina Guaratira Sakyrabiari, conta que a mãe nasceu à beira do rio Tanaru, na bacia do rio Madeira, e foi oficialmente reconhecida como do povo Guaratira do rio Tanaru, etnia que habita a região. A Terra Indígena (TI) Tanaru recebeu esse nome em homenagem a esse rio.

Depois que saiu do território, segundo relatos da família, Mercedes se casou com um indígena da etnia Sakyrabiari, que vive na TI Rio Mequéns. Rosalina diz que a mãe se considerava parente do "Índio do Buraco", e que o seu sonho era retornar à sua terra.

"Ela contou como era onde morava. Que era Tanaru. O lugar lá onde ela veio. Não foi que ela quis vir. Foi por causa do massacre que aconteceu lá. Muitas doenças também. Eles [Tanaru] foram se apartando. Muitos fugiram, se espalharam", explica.

Segundo Rosalina, a mãe dizia que a família costumava fazer buracos no chão, assim como o "Índio do buraco". "Ela me contava tudo, contava que os parentes faziam os buracos, onde escondiam as crianças e as mulheres. Porque não podiam ficar assim, sozinhas. Contava que [os brancos] era um povo bravo, que queria matar".

"Por causa da doença, por causa do pessoal branco que estava levando meninos e mulheres. Eles [Tanaru] tinham medo e largaram tudo. Não era o que eles queriam. Muitos morreram e muitos sumiram no mato. Ela falou pra mim", conta Rosalina, sobre o que a mãe dizia para ela.

O desejo de Rosalina, agora, é ser reconhecida como descendente de Tanaru e

realizar a vontade da mãe de voltar ao território. Ela avalia que, para isso, precisaria de ajuda das autoridades. "Ela sempre teve um desejo em vida, que era o de voltar lá no Tanaru", afirma.

Além dos relatos, os indigenistas do Cimi estão interessados em comparar as características da família com o que já se sabe sobre o "Índio do Buraco". "Nós estivemos com dois irmãos da dona Rosalina, conversando. Um deles, se você colocar a foto do Índio [do Buraco] com ele, você vai ver muitas, muitas semelhanças físicas", afirma a antropóloga Laura Vicuña Pereira Manso.

O frei Volmir Bavaresco, indigenista do Cimi que atua na Amazônia há 40 anos, conheceu Mercedes e participa da composição do relatório que será enviado à Funai. "Sempre a vó [Mercedes] falava isso, 'eu não sou daqui', 'eu não sou desse povo', 'eu nasci no Tanaru'. Então, para mim isso é claro. Eu ficava na casa deles, a gente sentava ao redor dela e ela conversava. O que a gente sabe é que a Funai está negando muito a identidade de vários povos e esse é mais um", diz Volmir.

Além dessa família, os indigenistas também estão em busca de investigar outras histórias. A reportagem obteve, de forma exclusiva, a certidão de registro de uma outra mulher, nascida em 1915, que recebeu o nome Tanaru, mas viveu fora do território. Eles estão em busca de saber se ela teve filhos, em quais comunidades viveu e relatos do seu passado.



Família de Mercedes Guaratira do rio Tanaru

Publicação InfoAmazonia em 18 setembro 2025: <https://infoamazonia.org/2025/09/18/cimi-investiga-a-presenca-de-parentes-do-indio-do-buraco-em-rondonia/>

Foto: Arquivo Pessoal/Rosalina Guaratira Sakyrabiari